



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
DIVISÃO DE ASSUNTOS MINERÁRIOS (CHEFE)
DESPACHO n. 00991/2024/PFE-ANM/PGF/AGU

NUP: 48051.007806/2023-54

INTERESSADOS: TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

ASSUNTOS: MINERAÇÃO

1. Regressam os autos a esta Procuradoria por impulso do **Despacho nº 13278/AIG/ANM/2023** (Super sapiens: Seq. 06 - fls. 11/12 - SEI:11181965) no qual a Auditoria Interna Governamental (AIG) encaminhou aos gabinetes de todos os diretores, à Superintendência de Fiscalização (SFI), à Superintendência de Outorga de Títulos Minerários (SOT), à Procuradoria Federal Especializada (PFE) e, por fim, à Gerência Regional da ANM no Estado de Alagoas (GER-AL) o **Despacho TCU - Proc. 008.851/2023-9** (SEI 11181934) o qual contempla o deferimento do pedido de dilação de prazo - **até 02/02/2024** - para atendimento ao teor do **Ofício nº 63.332/2023-TCU/Seproc** (SEI 10654886) cujo teor discorre acerca da *"oitiva prévia quanto à representação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros acerca da insuficiência dos valores pagos, por meio de acordos celebrados entre o Ministério Público Federal e a empresa Braskem S.A. e homologados pela Justiça Federal de Alagoas, a título de reparação de danos ambientais causados pela exploração de sal-gema no Estado de Alagoas por quarenta anos"*.

2. Em resposta ao citado Ofício nº 63.332/2023-TCU/Seproc foi elaborada a **Nota Técnica SEI nº 10045/2023-COFAM/SFI-ANM/DIRC** (Super sapiens: Seq. 06 - SEI:10702249) cujo teor apresentou esboço das providências adotadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM), **especialmente no aspecto fiscalizatório e na intensificação das ações de diagnóstico e monitoramento de instabilidade geológica no bairro Pinheiros**, situado no município de Maceió - AL. Para tanto, informou a constituição de Grupo de Trabalho - instituído pela Portaria SEI nº 23/2019 - com o escopo de atender às orientações e às diretrizes estabelecidas pela Portaria MME nº 20/2019. Relatou-se, adicionalmente, que o Diretor Geral da ANM editou a Portaria ANM nº 532/2019 cujo teor *"instituiu outro Grupo de Trabalho (GT) específico, dedicado ao diagnóstico da situação, bem como, a orientação e o acompanhamento das ações para o fechamento da mina, incluindo o monitoramento, em cumprimento à decisão judicial contida na ACP nº 0803662-52.2019.4.05.8000"*. Esclareceu que desde sua instituição o referido GT tem *"realizado discussões técnicas, análises, exigências e acompanhamento (remoto e presencial) de todos os trabalhos de fechamento de mina, incluindo eventos como o ocorrido com a cavidade da denominada "frente de lavra M#18", esclarecendo que o conceito de "frente de lavra" estabelecido compreende o conjunto cavidade(s) e poços de acesso, incluindo estruturas em superfície"*. Informou, por fim, que *"o referido GT tem acompanhado o evento da frente de lavra M#18 desde a primeira sensibilização do sistema de monitoramento, ocorrida no dia 06/11/2023, 15 dias antes do início do abatimento pontual do terreno, que teve seu início em 23/11/2023, dia em que o GT estava presente no local, acompanhando as ações de evacuação e isolamento do local"*. Nas considerações finais da citada Nota foram referenciados três NUP's no bojo dos quais estaria a "maioria dos documentos" relacionados ao tema em debate, porém a Nota não teria sido instruída com tais documentos em razão do tempo exíguo para atendimento à determinação da Corte de Contas. **Nesta quadra, recomendo que, em razão da dilação de prazo concedida à ANM, sejam as manifestações (notas técnicas - item 3 do Despacho nº 13278/AIG/ANM/2024) produzidas pela ANM, devidamente instruídas com os documentos cujo teor viabilize a clara compreensão, pelo TCU, das providências adotadas pela ANM no enfrentamento do problema em debate.**

3. Não obstante o **Despacho nº 13278/AIG/ANM/2024** tenha sido endereçado às áreas técnicas competentes, **destaco, por relevante e oportuno, que o novo prazo findará em 02/02/2024 - data a qual se avizinha - e não haverá nova dilação, conforme registrado no texto do Despacho exarado pelo relator, Exmo. Ministro Aroldo Cedraz (Super sapiens: Seq. 06 - fl. 10).** Nesta quadra, recomenda-se que a elaboração dos documentos técnicos complementares seja realizada com a máxima celeridade, cumprindo-se, ao tempo e modo devidos, a determinação do TCU.

4. Ante todo o exposto, encaminho os autos ao Setor de Apoio Administrativo para adoção das seguintes providências:

- a) Abrir tarefa, via Super Sapiens, para a Coordenadora da Divisão de Assuntos Minerários para ciência;
- b) Abrir tarefa, para ciência, à Diretoria-Geral, à Superintendência de Fiscalização (SFI) e à Superintendência de Outorga de Títulos Minerários (SOT);
- c) Encaminhar o presente caderno ao arquivo corrente até ulterior provocação e novo encaminhamento para esta PFE/ANM.

Brasília, 30 de janeiro de 2024.

Márcio Chaves de Castro
Procurador Federal
PFE/ANM/DF



Documento assinado eletronicamente por MÁRCIO CHAVES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1395330183 e chave de acesso 78f29fc8 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MÁRCIO CHAVES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-01-2024 15:41. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
